



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Resolução nº 09/13

Aprova Relatório Final da Comissão  
Parlamentar de Inquérito para  
Investigação e Fiscalização das Obras de  
Preparação para a Copa do Mundo de  
2014.

**Art. 1º** Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para Investigação e Fiscalização das Obras de Preparação para a Copa do Mundo de 2014, constituída pelo Ato do Presidente nº 21/12, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6 de novembro de 2012, suas conclusões e encaminhamentos.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2013.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão, feita com uma caneta escura.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

Assinatura manuscrita do Relator.  
Relator

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão, feita com uma caneta escura.



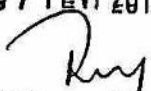
# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 FEV. 2012

  
1º Secretário


PROJETO DE LEI No. 011/12

**SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO GUARDA SÃO CRISTÓVÃO DE MARMELEIRO, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO.**

**ART 1º.** – Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO GUARDA SÃO CRISTÓVÃO DE MARMELEIRO com sede e foro no município de Marmeleiro/PR.

**ART 2º.** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, em 07 de janeiro de 2012.

  
**ROSE "LITRO"**  
Deputada Estadual



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## JUSTIFICATIVA

A ASSOCIAÇÃO GUARDA SÃO CRISTÓVÃO DE MARMELEIRO, é instituição sem fins lucrativos e tem por finalidade a cooperação com os associados e suas famílias, visando o seu bem estar e proteção em casos de necessidades prementes em razão de riscos, sinistros ou enfermidades decorrentes de exercício de profissão, além de assistência legal (especialmente em questões que envolvem Previdência Social), médica e dentária aos associados.

A Instituição promove ainda a colaboração mútua entre os associados através da realização de atividades sociais e recreativas.

Para a consecução de seus objetivos, a ASSOCIAÇÃO GUARDA SÃO CRISTÓVÃO procura disciplinar e contribuir com todas as atividades de naturezas pública e privada, na organização de festejos, promoções e cortejos fúnebres.

Pelo caráter beneficente da referida Instituição, que pleiteia sua DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, solicitamos o apoio dos nobres pares.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 011/12**

Projeto de Lei nº. 011/12  
Autor: Deputada Rose Litro

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro**, com sede e foro no Município de Marmeleiro.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Rose Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro**, com sede e foro no Município de Marmeleiro, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis,**  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:**

**I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também se encontram devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de maio de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

**APROVADO**

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2

## **ANTEPROJETO DE LEI** 138/2013

**SÚMULA:** Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e altera a tabela de vencimentos do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo (IAD), do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e estabelece outras providências.


### **Da criação de cargos efetivos**

**Art. 1º.** Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná os seguintes cargos de provimento efetivo:

I - 75 (setenta e cinco) cargos de Assessor Jurídico, do Grupo Ocupacional Superior Especial;

II - 04 (quatro) cargos de Administrador, 03 (três) de Analista de Sistema, 03 (três) de Arquiteto, 04 (quatro) de Assistente Social, 09 (nove) de Contador, 01 (um) de Dentista, 04 (quatro) de Economista, 15 (quinze) de Engenheiro, 02 (dois) de Estatístico, 05 (cinco) de Médico e 03 (três) de Psicólogo, todos do Grupo Ocupacional Superior de Apoio Especializado;

III - 01 (um) cargo de Desenhista e 348 (trezentos e quarenta e oito) de Técnico Judiciário, ambos do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo.

  
Desembargador CLAYTON CAMARGO  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3

## **Dos Vencimentos do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo**

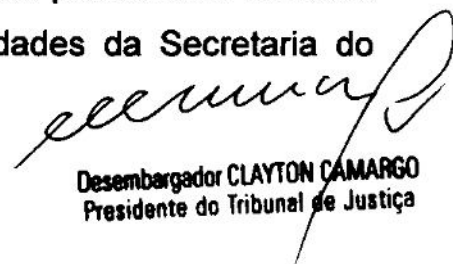
**Art. 2º.** Os vencimentos dos cargos do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo (IAD), do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, constante da Tabela 3, do Anexo III, da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, e alterações posteriores, passam a ser os definidos no Anexo II desta Lei.

**Parágrafo único.** Fica assegurado aos ocupantes dos cargos do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo (IAD), a incidência de índice corresponde à reposição inflacionária medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 1.º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013, conforme estabelecido em lei específica, em observância à data de revisão geral anual instituída no art. 5.º da Lei Estadual n.º 16.165, de 06 de julho de 2009, e em atendimento ao disposto no inciso X, do art. 27 da Constituição Estadual.

**Art. 3º.** Os valores correspondentes à vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) percebida pelos servidores do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo (IAD) serão deduzidos dos valores derivados da elevação dos vencimentos decorrentes desta Lei.

## **Disposições Finais e Transitórias**

**Art. 4º.** A lotação de servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná observará os percentuais mínimos de servidores de cada grupo ocupacional nas unidades da Secretaria do

  
Desembargador CLAYTON CAMARGO  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4

Tribunal de Justiça, nos termos de regulamento a ser expedido pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

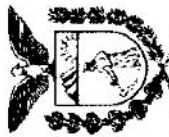
**Art. 5º.** Ficam alteradas as Tabelas 1, 2 e 3 do Anexo I da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, na forma do Anexo I desta Lei.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

**Art. 7º.** A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no artigo 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 8º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador CLAYTON CAMARGO  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

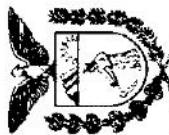
### ANEXO I

(Altera o Anexo I, Tabelas 1, 2 e 3 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, e alterações posteriores)

### Anexo I

### TABELA 1

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA			TOTAL*
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIAL SUPERIOR (ESP)	DENOMINAÇÃO	Nº CARGOS	GRUPO OCUPACIONAL ESPECIAL SUPERIOR (ESP)	DENOMINAÇÃO	Nº CARGOS	
	ASSESSOR JURÍDICO	148		ASSESSOR JURÍDICO	75	
TOTAL		148	TOTAL		75	223

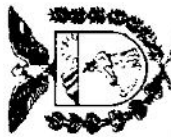


Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**TABELA 2**

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA			TOTAL
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR DE APOIO ESPECIALIZADO O (SAE)	ADMINISTRADOR	20	ADMINISTRADOR	04	04	24
	ANALISTA DE SISTEMA	91	ANALISTA DE SISTEMA	03	03	94
	ARQUITETO	04	ARQUITETO	03	03	07
	ASSISTENTE SOCIAL	38	ASSISTENTE SOCIAL	04	04	42
	BIBLIOTECÁRIO	08	BIBLIOTECÁRIO	0	0	08
	CONTADOR	26	CONTADOR	09	09	35
	DENTISTA	03	DENTISTA	01	01	04
	DESIGNER GRÁFICO	03	DESIGNER GRÁFICO	0	0	03
	ECONOMISTA	14	ECONOMISTA	04	04	18
	ENGENHEIRO	09	ENGENHEIRO	15	15	24
	ESTATÍSTICO	02	ESTATÍSTICO	02	02	04
	JORNALISTA	01	JORNALISTA	0	0	01
TOTAL	MÉDICO	04	MÉDICO	05	05	09
	PSICÓLOGO	08	PSICÓLOGO	03	03	11
	TOTAL	231	TOTAL	53	53	284



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**TABELA 3**

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA		TOTAL
GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO DE APOIO ADMINISTRATIVO (IAD)	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO DE APOIO ADMINISTRATIVO (IAD)	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	
	04		0	04
	03		01	04
	06		0	06
	527		0	527
	133		0	133
	510		348	858
	87		0	87
	09		0	09
	1279		349	1628

*Clayton Camargo*  
Desembargador CLAYTON CAMARGO  
Presidente do Tribunal de Justiça

7





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

8

## ANEXO II

(Altera o Anexo III, Tabela 3, da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, e alterações posteriores)

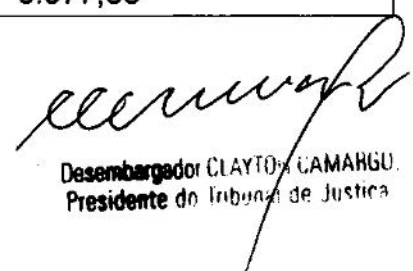
## ANEXO III

### TABELA 3

#### Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça

#### Enquadramento e Tabela de Vencimento

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO DE APOIO ADMINISTRATIVO	
Nível	Valor proposto (R\$)
IAD-1	4.722,90
IAD -2	4.959,04
IAD -3	5.206,99
IAD -4	5.467,33
IAD -5	5.740,68
IAD -6	6.027,73
IAD -7	6.329,13
IAD -8	6.645,58
IAD -9	6.977,88

  
Desembargador CLAYTON CAMARGO  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

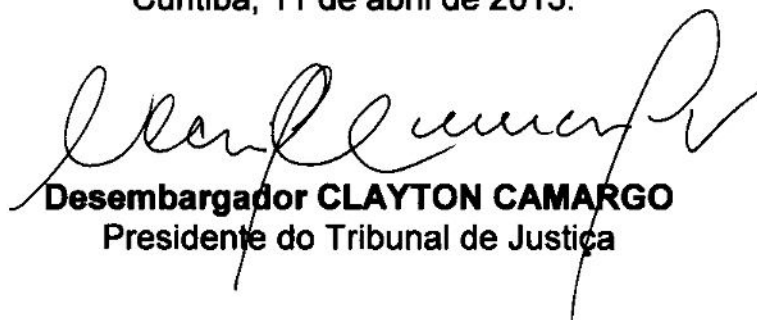
## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

9

### DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), declaro que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e altera a tabela de vencimentos do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo (IAD), do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e estabelece outras providências, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual 17.398, de 18 de dezembro de 2012, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 11 de abril de 2013.



**Desembargador CLAYTON CAMARGO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

Curitiba, 11 de abril de 2013.  
Of. nº 369/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 15/04/2013

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 16 ABR. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação de cargos de provimento efetivo e altera a tabela de vencimentos do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo (IAD), do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e estabelece outras providências.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
Desembargador **CLAYTON CAMARGO**  
Presidente do Tribunal de Justiça

14:47 16/04/2013 003200 DT ASSUNTOS LEGISLATIVOS DO TJPR



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11

### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo a criação de cargos de provimento efetivo na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passarão a integrar o Anexo I da Lei Estadual nº 16.748 de 29 de dezembro de 2010.

A medida visa dotar este Tribunal de Justiça de recursos humanos suficientes para enfrentar o grande volume de serviço gerado pelo aumento significativo das unidades jurisdicionais de 1º Grau de Jurisdição. Esse incremento tem exigido o constante aprimoramento dos serviços desempenhados pela Secretaria do Tribunal de Justiça.

Atualmente, quer em relação aos serviços afetos à prestação jurisdicional propriamente dita, ou quanto aos serviços administrativos, a adequação no número de servidores vinculados à Secretaria desta Corte é medida que se impõe.

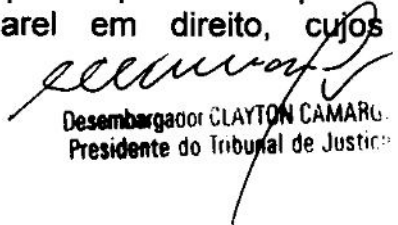
As constantes criações de núcleos, centros e demais estruturas internas para dar atendimento às exigências do Conselho Nacional de Justiça apresentam-se como outro fator de relevância para a criação de cargos ora proposta. O contínuo e crescente aumento de procedimentos licitatórios, construções, bem como a obrigatoriedade em lançamentos de informações em sistemas internos e externos também recomendam a readequação da estrutura funcional atualmente existente.

A medida mostra-se adequada e necessária, pois é preciso estar atento à sobrecarga e ao excesso de trabalho a que o servidor é submetido. Isso ocorre, em grande parte, em decorrência do número reduzido de servidores, o que pode ocasionar, ainda, o desgaste físico e mental do servidor.

Portanto, a reestruturação proposta busca dar a agilidade necessária ao bom desempenho das atribuições, sem que isso implique demasiado sacrifício aos servidores.

Assim, a proposta de criação de cargos em várias áreas, de provimento efetivo, tem por finalidade o atendimento da grande demanda de atividades atualmente desenvolvidas pelo Poder Judiciário, proporcionando a satisfação do cidadão paranaense que busca os nossos serviços.

De acordo com a proposta apresentada estão sendo criados 75 cargos de Assessor Jurídico, do Grupo Ocupacional Superior Especial. A carreira é privativa de bacharel em direito, cujos

  
Desembargador CLAYTON CAMARGO  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

12

conhecimentos auxiliam no desempenho da atividade fim do Poder Judiciário.

Está se propondo, ainda, a criação de cargos de Administrador, Analistas de Sistema, Arquiteto, Assistente Social, Contador, Dentista, Economista, Engenheiro, Estatístico, Médico e Psicólogo, todos do Grupo Ocupacional Superior de Apoio Especializado, e indispensáveis à consecução das atividades meio deste Poder.

No Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo está sendo criado 1 cargo de Desenhista e 348 cargos de Técnico Judiciário. Esses servidores, com formação de nível médio, poderão atuar em todos os setores da Secretaria deste Tribunal.

Está se reestruturando, ainda, os vencimentos dos cargos do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo (IAD), constante da Tabela 3, do Anexo III, da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, e alterações posteriores.

Com isso, busca-se dar continuidade ao processo de reestruturação das diversas carreiras no âmbito do Poder Judiciário Paranaense.

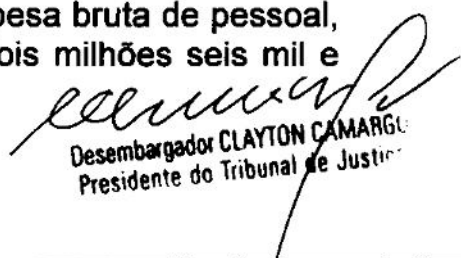
Em 2010, com o advento da Lei Estadual 16.748, foi implantado o Plano de Cargos e Salários que deu início aos ajustes na composição da estrutura remuneratória do quadro de servidores, que permaneceu, por um longo período de tempo, com significativas distorções.

Neste momento, portanto, busca-se o ajuste pontual de determinada carreira.

Ainda, independente da reestruturação proposta, assegura-se aos ocupantes dos cargos do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo (IAD), a incidência de índice corresponde à reposição inflacionária no período de 1.º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013, quando da revisão geral anual prevista no inciso X, do art. 27 da Constituição Estadual.

A medida busca evitar a diluição dos valores ora propostos como forma de reestruturação dos vencimentos da carreira, que poderá ser ocasionada caso não se observe a incidência do reajuste anualmente garantido aos servidores públicos, cuja proposta de recomposição será enviada ao Poder Legislativo em momento oportuno.

O impacto econômico-financeiro da presente proposta totalizará um acréscimo anual no montante da despesa bruta de pessoal, de aproximadamente R\$ 32.006.818,00 (trinta e dois milhões seis mil e

  
Desembargador CLAYTON CAMARGO  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

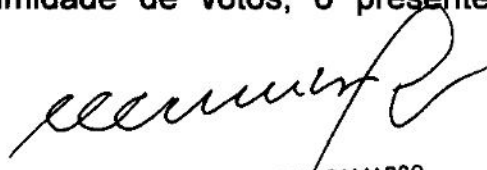
13

oitocentos e dezoito reais) para o exercício financeiro de 2013, R\$ 76.622.338,00 (setenta e seis milhões seiscentos e vinte e dois mil trezentos e trinta e oito reais) para 2014 e R\$ 84.511.240,00 (oitenta e quatro milhões quinhentos e onze mil duzentos e quarenta reais) para 2015.

O mencionado acréscimo de custo anual não comprometerá o limite de gastos com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Judiciário, de acordo com o que preceitua a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, tendo em conta que, pelo Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça, o total da despesa com pessoal no 3º Quadrimestre de 2012 situou-se em 4,22% da Receita Corrente Líquida, portanto abaixo do limite prudencial de 5,70% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Envio, em anexo, a Declaração do Ordenador da Despesa de que os custos decorrentes do Anteprojeto de Lei tem adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Registre-se, por fim, que em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 08 de abril de 2013, foi aprovado, por unanimidade de votos, o presente Anteprojeto de Lei.



Desembargador CLAYTON CAMARGO  
Presidente do Tribunal de Justiça



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

15

## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 138/13**

**Projeto de Lei nº. 138/13**

**Autor: Tribunal de Justiça**

**Súmula:** Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e altera a tabela de vencimentos do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo (IAD), do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e estabelece outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO DE CARGOS. ALTERAÇÃO VENCIMENTOS. TABELA 3, DO ANEXO III, DA LEI ESTADUAL N.16.748/2010. REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA MEDIDA PELO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA. OBSERVÂNCIA LEI ESTADUAL N. 16.165/2009. COMPATIBILIDADE ART. 27, X DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PROJETO DE INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



## **PREÂMBULO**

O projeto de Lei ora apresentado, tem objetivo de criar 75 (setenta e cinco) cargos de Assessor Jurídico, do Grupo Ocupacional Superior Especial, 04 (quatro) cargos de Administrador, 03 (três) de Analista de Sistemas, 03 (três) de Arquiteto, 04 (quatro) de Assistente Social, 09 (nove) de Contador, 01 (um) de Dentista, 04 (quatro) de Economista, 15 (quinze) de Engenheiro, 02 (dois) de Estatístico, 05 (cinco) de Médico e 03 (três) de Psicólogo, todos do Grupo Ocupacional Superior de Apoio.

Ainda, ocorre a criação de 01 (um) cargo de Desenhista e 348 (trezentos e quarenta e oito) cargos de Técnico Judiciário, ambos do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo.

Também, prevê o projeto em análise, alteração da tabela de vencimentos presentes em Lei Estadual 16.748/2010, assim como baliza correção salarial presente em Legislação Estadual nº 16.165/2009.

Presentes os atributos constitucionais para aprovação do projeto em comento, estando também presente o demonstrativo de Impacto Financeiro, via Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde afere a possibilidade de aprovação do projeto em comento, bem como legalidade diante da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Análise Prévia se dá pela Aprovação do Projeto em comento, nos termos que passa a expor.

## **FUNDAMENTAÇÃO**





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

17

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**  
(Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

**Art. 96. Compete privativamente:**

**II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:**

**b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes,**  
**inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;**  
(Grifos Nossos).



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

19

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

**Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:**

**I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:**

**b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;**

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

20

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR

APROVADO

23.04.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 138/13**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 369/2013-GP, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e altera a tabela de vencimentos do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo (IAD), do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e estabelece outras providências.

Os cargos que se pretende criar são os seguintes:

- A – 75 (setenta e cinco) cargos de Assessor Jurídico, do Grupo Ocupacional Superior Especial;
- B – 04 (quatro) cargos de Administrador;
- C – 03 (três) cargos de Analista de Sistema;
- D – 03 (três) cargos de Arquiteto;
- E – 04 (quatro) cargos de Assistente Social;
- F – 09 (nove) cargos de Contador;
- G – 01 (um) cargo de Dentista;
- H – 04 (quatro) cargos de Economista;
- I – 15 (quinze) cargos de Engenheiro;
- J – 02 (dois) cargos de Estatístico;
- K – 05 (cinco) cargos de Médico;
- L – 03 (três) cargos de Psicólogo, todos do Grupo Ocupacional Superior de Apoio Especializado;
- M – 01 (um) cargo de Desenhista, do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo; e
- N – 348 (trezentos e quarenta e oito) cargos de Técnico Judiciário, também do Grupo Ocupacional anterior.

O projeto em que questão, ainda, trata da alteração da tabela de vencimentos da Lei nº 16.748/10, bem como a correção salarial constante da Lei Estadual nº 16.165/09.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura exarou o devido parecer favorável.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça visa dotar o órgão de recursos humanos suficientes para enfrentar o grande volume de serviço gerado pelo aumento significativo das unidades jurisdicionais de 1º Grau de Jurisdição.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seu art. 65, assegura ao Presidente do Tribunal de Justiça leis como a presente.

Nesta linha, a Constituição Federal, em seu art. 96, II, "b", estabelece a competência privativa do Tribunal de Justiça para propor a criação e extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados.

Insta ressaltar que em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), constatamos na justificativa da proposta a declaração do ordenador de despesas, Desembargador Clayton Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, informando que a proposta apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Informa ainda, o autor da proposta, por meio do art. 7º do Projeto em questão, que a implementação do disposto nesta Lei observará



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

o previsto no artigo 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Por fim, o impacto econômico-financeiro da presente proposta totalizará um acréscimo anual no montante da despesa bruta de pessoal, de aproximadamente R\$32.006.818,00 (trinta e dois milhões, seis mil e oitocentos e dezoito reais) para o exercício financeiro de 2013, R\$76.622.338,00 (setenta e seis milhões, seiscentos e vinte e dois mil, trezentos e trinta e oito reais) para o exercício financeiro de 2014 e R\$84.511.240,00 (oitenta e quatro milhões, quinhentos e onze mil, duzentos e quarenta reais) para o exercício financeiro de 2015.

**CONCLUSÃO**

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

13/05/13

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

DEPUTADO WILSON QUINTEIRO  
RELATOR





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**ANTEPROJETO DE LEI 148/2013**

**Súmula:** Altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 11.362, de 12 de abril de 1996.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** O art. 3º da Lei Estadual nº 11.362, de 12 de abril de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 3º A Conferência Estadual de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo, é composta por representantes de instituições assistenciais, de organizações comunitárias, de associações municipais, sindicais e de profissionais do Estado do Paraná, bem como por representantes do Poder Executivo Estadual, com a finalidade de propor diretrizes gerais de política de assistência social.”*

**Art. 2º** O § 1º do art. 9º da Lei Estadual nº 11.362/1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 9º (...)*

*§ 1º Os representantes da sociedade civil, a que se refere o inciso II deste artigo, serão eleitos em assembleia própria, sob a fiscalização do Ministério Público, devendo ser homologadas por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Estadual.”*

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio do Governo, em 16 de abril de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



**LIDO NO EXPEDIENTE**

**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 23 ABR. 2013

**1º Secretário**



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 031 /2013

Curitiba, 16 de abril de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 22/04/2013

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 3º e ao § 1º do artigo 9º da Lei Estadual nº 11.362, de 12 de abril de 1996, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social, e adota outras providências.

O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, reunido ordinariamente nos dias 04 e 05/02/13, deliberou pelo encaminhamento de solicitação à Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS para alteração dos mencionados dispositivos da Lei nº 11.362/1996, que vinculam o processo eleitoral da sociedade civil à Conferência Estadual de Assistência Social.

Tal alteração se faz necessária, tendo em vista a urgência em adequar o processo eleitoral no formato de macrorregionais, como é realizado no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR.

A vinculação da eleição à Conferência engessa o período eleitoral ao ano de realização do referido evento, não dando a autonomia necessária para que o Conselho a realize próximo ao término do mandato dos atuais conselheiros.

Para tanto, cabe mencionar que a alteração da citada lei deve ocorrer antes da X Conferência Estadual, para que a eleição da sociedade civil no novo formato seja realizada somente em meados do ano de 2014.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.863.557-4



Pelo exposto é que proponho o presente Anteprojeto de Lei para aprovação dessa Egrégia Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência minhas considerações.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 11362 - 12 de Abril de 1996

Publicado no Diário Oficial nº. 4735 de 12 de Abril de 1996(vide Lei 16840 de 28/06/2011)

**Súmula:** Dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## TÍTULO I DA INSTITUIÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Art. 1º.** A assistência social, direito constitucional do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

**Art. 2º.** Para a consecução dos fins propostos pela assistência social e em atenção ao que dispõe a Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, ficam instituídos:

**I** - a Conferência Estadual de Assistência Social;

**II** - o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS; e

**III** - o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

## TÍTULO II DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Art. 3º.** A Conferência Estadual de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo, é composta por representantes de instituições assistenciais, de organizações comunitárias, de associações municipais, sindicais e de profissionais do Estado do Paraná, bem como por representantes do Poder Executivo Estadual, com a finalidade de propor diretrizes gerais da política de assistência social e eleger os membros do Conselho Estadual de Assistência Social.

**Parágrafo único.** A Conferência Estadual de Assistência Social reunir-se-á, ordinariamente, a cada 02 (dois) anos, por convocação do Conselho Estadual de Assistência Social e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação do Conselho Estadual de Assistência Social ou de um terço de seus membros.

**Art. 4º.** A convocação da Conferência Estadual de Assistência Social deve ser divulgada através dos meios de comunicação social e diretamente às instituições que a ela se vinculem ou que sobre ela mantenham interesse.

**Art. 5º.** Os delegados da Conferência Estadual de Assistência Social serão eleitos em assembleias dos fóruns microrregionais convocadas para este fim específico, sob orientação do Conselho Estadual de Assistência Social, no período de 60 (sessenta) dias anteriores à data de



realização da conferência, sendo garantida a participação paritária de delegados de todas as microrregiões.

**Parágrafo único.** O Regimento Interno, a ser aprovado pelo CEAS, estabelecerá a forma de participação e de escolha dos delegados das entidades e organizações governamentais e não governamentais na Conferência Estadual de Assistência Social.

**Art. 6º.** Caberá à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família a responsabilidade pela convocação da I Conferência Estadual de Assistência Social.

### **TÍTULO III DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Art. 7º.** O Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS é órgão colegiado de caráter deliberativo permanente, vinculando-se ao órgão estadual responsável pela coordenação das questões afetas à assistência social.

**Art. 8º.** Ao Conselho Estadual de Assistência Social compete:

**I** - a aprovação da Política de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e as diretrizes propostas pela Conferência Estadual de Assistência Social;

**II** - o acompanhamento e o controle da execução da Política Estadual de Assistência Social;

**III** - a aprovação do Plano Estadual Anual e Plurianual de Assistência Social;

**IV** - a normatização das ações e a regularização de prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, de acordo com as diretrizes propostas pela Conferência Estadual de Assistência Social e pela Política Nacional de Assistência Social, inclusive com a definição de critérios de qualidade;

**V** - o estabelecimento de diretrizes, a apreciação e a aprovação dos programas a serem subsidiados com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, e a definição de critérios de repasse de recursos destinados aos municípios;

**VI** - o estabelecimento de diretrizes, a apreciação e aprovação do plano de aplicação do Fundo Estadual de Assistência Social, bem como o acompanhamento da execução orçamentária e financeira anual dos seus recursos;

**VII** - a apreciação e a aprovação da proposta orçamentária de assistência social para compor o orçamento estadual;

**VIII** - a normatização das inscrições de entidades e organizações de assistência social no Conselho Estadual de Assistência Social, cuja área de atuação ultrapasse o limite de um só município;

**IX** - o zelo pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

**X** - a proposição de critérios para a celebração de contratos ou convênios entre os órgãos governamentais e não governamentais na área de assistência social;

**XI** - a fiscalização e a avaliação da gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

**XII** - a proposição da formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços de assistência social, no âmbito do Estado;

**XIII** - a publicação no Diário Oficial do Estado e em periódicos de circulação no Estado da súmula de suas atas e resoluções, bem como os demonstrativos das contas aprovadas do FEAS;





**XIV** - a regulamentação complementar das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social, de acordo com o art. 22, da Lei nº. 8.742/93;

**XV** - o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização dos serviços de assistência social pelos órgãos governamentais e não governamentais do Estado, especialmente as condições de acesso da população usuária indicando as medidas pertinentes à correção de exclusões constatadas;

**XVI** - a proposição de modificações nas estruturas do sistema estadual que visem a promoção, a proteção e a defesa dos direitos dos usuários da assistência social;

**XVII** - o estímulo e o incentivo à atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidas na prestação de serviços de assistência social;

**XVIII** - a convocação da Conferência Estadual de Assistência Social e o estabelecimento de suas normas de funcionamento em regimento próprio;

**XIX** - o acompanhamento e o controle das inscrições das entidades e organizações de assistência social nos respectivos Conselhos Municipais, mantendo cadastro atualizado;

**XX** - a articulação com os Conselhos Nacional e Municipais, bem como organizações governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, inclusive propondo intercâmbio, convênio ou outro meio, visando a superação de problemas sociais do Estado; e

**XXI** - a elaboração e a aprovação do seu Regimento Interno.

**Art. 9º.** O Conselho Estadual de Assistência Social é composto paritariamente por 30 (trinta) membros efetivos com respectivos suplentes, assim distribuídos:

**I** - 15 (quinze) representantes do Poder Público Estadual; e

**II** - 15 (quinze) representantes da sociedade civil, dentre organizações de usuários, das entidades ou organizações prestadoras de serviços de assistência social e de trabalhadores do setor.

**§ 1º.** As entidades não governamentais, a que se refere o "caput" deste artigo, serão eleitas em assembleias próprias na Conferência Estadual de Assistência Social, sob a fiscalização do Ministério Público, devendo ser homologadas por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Estadual.

**§ 2º.** Caberá às entidades não governamentais e aos órgãos públicos a indicação de seus respectivos representantes, no prazo de 10 (dez) dias, para a devida nomeação pelo Governador do Estado, sob pena de substituição, no caso das entidades não governamentais, por instituição suplente, conforme a ordem de votação.

**§ 3º.** Os representantes dos órgãos governamentais serão nomeados pelo Governador do Estado, por período indeterminado, podendo ser substituídos a qualquer tempo por integrantes das Secretarias de Estado com interesses afins.

**§ 4º.** Os representantes das entidades não governamentais, a que se refere o inciso II, deste artigo, serão nomeados para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

**§ 5º.** As funções de membro do Conselho Estadual de Assistência Social não serão remuneradas, sendo o seu exercício considerado relevantes serviços de assistência social prestados ao Estado.

**§ 6º.** O Conselho Estadual de Assistência Social reunir-se-á, ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou da maioria de seus membros.

**§ 7º.** O Conselho Estadual de Assistência Social contará com um Secretário Executivo indicado



por seu presidente e aprovado pelo próprio Conselho.

**Art. 10.** A Secretaria de Estado afim com a matéria propiciará o necessário apoio técnico e administrativo, através de recursos humanos, materiais, financeiros e estrutura física para a consecução das finalidades do Conselho Estadual de Assistência Social.

**Art. 11.** A organização e o funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social serão disciplinados em regimento Interno, a ser aprovado por ato próprio do referido Conselho, no prazo de 90 (noventa) dias.

#### **TÍTULO IV DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Art. 12.** O Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, instrumento de natureza contábil, instituído com a finalidade de destinar recursos para o atendimento e apoio técnico e financeiro aos serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza em âmbito regional ou local aos municípios, a título de participação, será gerido sob a orientação e controle administrativo do Conselho Estadual de Assistência Social, com o apoio técnico e administrativo do órgão responsável pela coordenação da política de assistência social.

**Art. 13.** Constituem recursos do FEAS:

~~I - dotação específica consignada no orçamento estadual para o Fundo e as verbas adicionais que a Lei estabelecer no decurso de cada exercício;~~

**I** - valores obtidos pelo arredondamento de centavos para unidade de real, nos talões das tarifas de energia elétrica e de água e esgotos;  
(Redação dada pela Lei 13166, de 21/06/2001)

~~II - verbas repassadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social;~~

**II** - dotações a ele consignadas nos orçamentos anuais do Estado;  
(Redação dada pela Lei 13166, de 21/06/2001)

~~III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe sejam destinados;~~

**III** - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;  
(Redação dada pela Lei 13166, de 21/06/2001)

~~IV - rendas eventuais, inclusive as decorrentes de depósitos e aplicações financeiras, bem como da venda de materiais, de publicações e da realização de eventos;~~

**IV** - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;  
(Redação dada pela Lei 13166, de 21/06/2001)

~~V - receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do Estado, patrimoniados ao órgão estadual responsável pela política de assistência social;~~

**V** - verbas repassadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social;  
(Redação dada pela Lei 13166, de 21/06/2001)

~~VI - produto de convênios firmados com entidades financiadoras nacionais e estrangeiras;~~

**VI** - receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do Estado, patrimoniados ao órgão estadual responsável pela política de assistência social.  
(Redação dada pela Lei 13166, de 21/06/2001)

~~VII - produto da arrecadação de multas e juros de mora, conforme destinação própria;~~

**VII** - produto de convênios firmados com entidades financiadoras nacionais e estrangeiras;





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI N° 148/2013**

**Projeto de Lei nº 148/2013**

**Autor: Poder Executivo**

**Súmula: ALTERA OS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA, DA LEI ESTADUAL Nº 11.362, DE 12 DE ABRIL DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

**EMENTA: SISTEMA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. ALTERAÇÃO LEGAL. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, pretende alterar a forma de eleição dos membros do Conselho Estadual de Assistência Social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**VISTA EM** 24/04/2013

Dep. Pericles Mello

CCJ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Destarte, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO** desta Casa de Leis:

**Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifos nossos)**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, de acordo com o art. 174 da Constituição Estadual, as ações governamentais de assistência social, observada a competência da União, serão descentralizadas e integradas, cabendo ao Estado e Municípios a coordenação e execução, com participação das entidades beneficentes de assistência social e das comunidades.

Portanto, inexistem óbices legais ou constitucionais ao projeto.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão está em conformidade com a Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei em virtude de se encontrar revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.**

Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR

  
  
  
**APROVADO**

30.04.13 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
LIDERANÇA DO GOVERNO




## REQUERIMENTO



Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 148/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 148/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 031/13.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2013.

  
Deputado **Ademair Traiano**  
Líder do Governo

Anote-se e encaminhe  
para Providências

25/4/13



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION*

**PARECER**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E  
DA CIDADANIA sobre o projeto de Lei nº  
148/2013, de autoria do Poder Executivo, que  
*ALTERA OS DISPOSITIVOS QUE  
ESPECIFICA, DA LEI ESTADUAL N. 11.362,  
DE 12 DE ABRIL DE 1996.*

*Relator: Deputado PEDRO LUPION*

**I- RELATÓRIO**

O projeto de Lei (PL) nº 148/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO, objetiva dar nova redação ao artigo 3º e ao § 1º do artigo 9º da Lei Estadual n. 148/2013, a qual dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social, e adota outras providências.

De acordo com a justificativa apresentada, o Conselho de Assistência Social – CEAS/PR, reunido ordinariamente nos dias 04 e 05 de janeiro do corrente ano,

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury | Edifício Tancredo Neves | Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806,  
Centro Cívico, Curitiba, Paraná | Fone (fax): [41] 3350 4006 | [www.pedrolupion.com.br](http://www.pedrolupion.com.br) | [dep.pedrolupion@gmail.com](mailto:dep.pedrolupion@gmail.com)





**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION*



deliberou pelo encaminhamento de solicitação à Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS para alteração dos mencionados dispositivos, os quais vinculam o processo eleitoral da sociedade civil à Conferência Estadual de Assistência Social.

Menciona que a alteração se faz necessária, considerando a urgência em adequar o processo eleitoral no formato de macrorregionais, como é realizado no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR.

Ainda, aduz que a vinculação da eleição à Conferência engessa o período eleitoral ao ano de realização do referido evento, não dando autonomia necessária para que o Conselho a realize próximo ao término do mandato dos atuais conselheiros.

Por fim, assevera que a pretendida alteração deve, necessariamente, ocorrer antes da X Conferência Estadual, para que a eleição da sociedade civil no novo formato seja realizada somente em meados do ano de 2014.

Uma vez encaminhada a Mensagem à esta Casa Legislativa, realizada as formalidades de praxe, foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça recebendo parecer favorável.

No regular trâmite da proposição, fora encaminhada a esta Comissão para a análise, considerando a matéria versada, bem como o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

É O RELATÓRIO.



## II- ANÁLISE

Conforme mencionado no relatório, o PL visa alterar legislação relacionada a assistência social.

Assim, a matéria é diretamente conexa à competência desta comissão temática, sendo a mesma competente para exarar o presente parecer nos termos do artigo 33-U do Regimento Interno:

*Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.*

A proposição busca adequar o processo eleitoral da Conferência Estadual de Assistência Social, no que concerne a sociedade civil, ao formato de macrorregionais como já é realizado no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR).

Não há o que se discutir, quanto ao mérito da proposição, uma vez que procura tão somente adequar o processo eleitoral daquele órgão, não apresentando qualquer obstáculo a sua aprovação em sede desta Comissão.

Por fim, balizo como positiva a matéria proposta, do mesmo modo entendo que, em sede desta comissão, não há necessidade de emendamento ou propositura de substitutivo, podendo ser aprovada integralmente.

Ante o exposto, me ative exclusivamente ao mérito da proposição em relação à matéria relacionada aos Direitos Humanos, deixando as demais possibilidades e circunstâncias para a análise nas Comissões competentes.

É O VOTO.



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



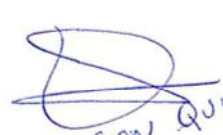
**III – CONCLUSÃO**

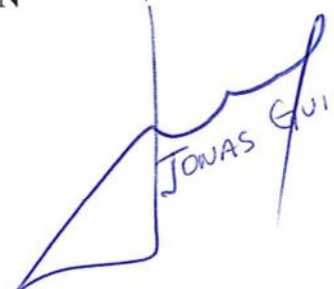
Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 148/2013, de autoria PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, 06 de MAIO de 2013.

  
Deputado TADEU VENERI  
Presidente

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
WILSON QUINTeiro

  
JONAS GUIMARÃES